

# A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM MISSÕES DE PAZ DA ONU

Carlos Martins Branco

**P**retendemos com o presente artigo descrever e analisar o que foi a participação nacional em missões de paz, desde o seu debute no Líbano, em 1958. Quando nos referimos à participação nacional, estamos a considerar o envolvimento tanto das Forças Armadas como das Forças de Segurança (GNR e PSP) nestas missões. Para efeitos deste trabalho, considerámos como missões de paz todas aquelas atividades que se enquadram nos conceitos de prevenção de conflitos, *peacemaking*, manutenção da paz, imposição da paz e consolidação da paz previstos na *Capstone Doctrine*, da ONU<sup>1</sup>.

O documento encontra-se organizado em cinco secções. Para enquadrar o leitor começaremos por caracterizar de uma forma sumária o que tem sido a participação nacional nestas operações. Seguem-se três secções, uma dedicada à participação das Forças Armadas (FA), e as restantes duas a cada uma das Forças de Segurança (FS), onde descreveremos os aspectos principais do mandato de cada missão, e o que foi a participação nacional nessas missões. Finalizaremos com algumas considerações que nos ajudarão a identificar os aspectos mais importantes dessa participação. O trabalho inclui ainda uma secção de anexos, os quais permitem visualizar de uma forma sintética o que foi a participação das diferentes forças aqui consideradas. Para elaborar este trabalho, o autor socorreu-se de outros trabalhos da sua autoria, publicados e/ou a publicar, sobre temáticas próximas daquela aqui tratada, procedendo à sua atualização e adaptação ao objeto aqui estabelecido.

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo descrever e analisar o que foi a participação portuguesa – Forças Armadas e de Segurança – em missões de paz, nos últimos vinte e três anos. Ressaltam da análise três aspectos fundamentais: o aumento do número de teatros de operações em que as forças nacionais operaram, assim como a distância entre eles. As forças nacionais passaram a operar em regiões que não se inseriam nas áreas tradicionais de interesse nacional; num significativo número de casos, a participação nacional efetuou-se através de contribuições individuais, diminutas e de curta duração (um/dois anos). As forças militares e de segurança dispõem de inquestionáveis competências para operarem no quadro das operações de consolidação da paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

*Palavras-chave:* Missões de paz, ONU, Forças Armadas, Forças de Segurança.

## ABSTRACT

### THE PORTUGUESE PARTICIPATION IN UN PEACE MISSIONS

This article aims at describing and analysing what has been the Portuguese participation – Armed and



Constabulary Forces – in peace missions, in the last 23 years. The analysis highlights three fundamental features: the number of theatres of operations where national forces operated has increased, as well as the distance among them. National forces began operating outside the traditional regions of national interest; in a significant number of occasions, national participation was done through individual contributions, small and with short duration (one/two years); The military and constabulary forces own unquestionable subject matter expertise to work in the framework of United Nations peacebuilding operations.

*Keywords:* Peace mission, UN, Armed Forces, Constabulary Forces.

Pela sua natureza própria e distinta, optamos por apresentar a participação das FA e da GNR em dois capítulos distintos: em unidades constituídas (contingentes/forças militares) e participações individuais (como, por exemplo, os observadores militares). Para facilitar a identificação do leitor com as missões, optámos deliberadamente por manter as suas designações originais (em inglês ou francês), não as traduzindo para português. De salientar o facto de a esmagadora maioria das missões em que atores nacionais participaram terem decorrido sob os auspícios do Departamento de Operações de Apoio à Paz (DPKO).

### **A EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NAS MISSÕES DE PAZ**

A primeira participação portuguesa em missões de paz da ONU ocorreu no ido ano de 1958, no Líbano, na United Nations Observation Group in Lebanon (UNOGIL), de junho a dezembro, uma missão criada no rescaldo de uma revolta popular contra a tentativa de o então Presidente Camille Chamoun alterar a Constituição, o que lhe permitiria a eleição para um segundo mandato. Essa participação foi singular e esporádica. Após um interregno de trinta e quatro anos e com a Guerra Fria terminada, Portugal voltou a participar em missões de paz das Nações Unidas. Em 1992, observadores militares portugueses entram em ação nos territórios da antiga Jugoslávia, sob a bandeira da United Nations Protection Force (UNPROFOR). Nos vinte e três anos que nos separam dessa data, a participação nacional passou por quatro períodos distintos: o de Moçambique e Angola; o de Timor-Leste; o de Timor-Leste e Líbano; e o do desinvestimento na participação em missões lideradas pela ONU. O primeiro período corresponde a um intervalo de tempo de seis anos (até 1998), em que, para além de uma presença permanente nos Balcãs, as FA e as FS participam nas missões em Moçambique e em Angola. No início de 1993, em Moçambique (United Nations Operations in Mozambique, UNOMOZ), e de 1995 a 1998, em Angola (United Nations Angola Verification Mission, UNAVEM III e United Nations Observer Mission in Angola (MONUA). Com a retirada do grosso das forças nacionais de Angola temos um período de dois anos com uma participação reduzida que faz a ponte para o período seguinte (ver Anexo A – Contribuição Nacional para as Missões de Paz da ONU, p. 118). Em 2001, inicia-se o segundo período com a participação nacional em Timor-Leste, que se prolonga até 2004, continuando ininterruptamente durante este período a participação nos Balcãs.

À semelhança do período anterior, seguiram-se dois anos, com uma participação reduzida e que fez a ponte para um terceiro período, com início em finais de 2006 e se prolongou até ao segundo semestre de 2012, a que podemos chamar o período de Timor-Leste e do

Líbano. Timor-Leste foi, de longe, o teatro de operações onde Portugal consumiu mais recursos. No rescaldo da instabilidade política e social que assolou Timor-Leste em 2006, Portugal enviou ainda nesse ano uma força de manutenção da paz para o país, desta feita constituída por unidades da Guarda Nacional Republicana (GNR). Este período termina com o regresso a Portugal das forças destacadas no Líbano, em junho, e mais tarde, em outubro, do grosso das forças destacadas em Timor-Leste. Daí em diante, até aos dias de hoje, entrou-se num quarto período caracterizado por uma participação residual, «minimizada» pelos contributos temporários para a missão da ONU no Mali (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali, MINUSMA).

A análise da participação portuguesa em missões de paz da ONU deve ser acompanhada, em simultâneo, pelo estudo da participação nacional em missões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia (UE). Uma análise da participação nacional em missões de paz efetuada tendo por base apenas a participação numa das três grandes organizações será necessariamente manca. Não obstante esta limitação na análise – recorda-se que não é objeto do presente trabalho analisar a participação nacional em operações de paz, mas tão-somente nas Nações Unidas – verifica-se a existência de um profundo desinvestimento na participação em missões da ONU a partir de finais de 2012. Dos «honrosos» 10.º e 12.º lugares ocupados por Portugal, respetivamente, em 2002 e 2001, Portugal passou a ocupar, em junho de 2015, o 111.º lugar<sup>2</sup> no ranking dos países contribuintes com forças para missões da ONU, participando apenas com três militares, dois na MINUSMA (Mali) e um na United Nations Assistance Mission in Afghanistan (UNAMA)<sup>3</sup>. Os decisores políticos optaram por privilegiar a participação nacional em missões da NATO e da UE, em detrimento das missões da ONU<sup>4</sup>.

## **AS FORÇAS ARMADAS E AS MISSÕES DE PAZ DA ONU**

As Forças Armadas (FA) participaram em vinte e cinco missões de paz da ONU, tanto na forma de unidades constituídas como de contribuições individuais (na maioria dos casos como observadores militares ou eleitorais).

### **UNIDADES CONSTITUÍDAS**

Ver Anexo B – Participação das Forças Armadas Portuguesas em Missões de Paz da ONU (Unidades Constituídas), p. 119.

### **United Nations Operations in Mozambique (UNOMOZ)**

A 4 de outubro de 1992, após dois anos de negociações em Roma, a Frelimo e a Renamo acordaram em assinar um acordo de paz, o qual previa o lançamento de uma operação de paz – a UNOMOZ – para monitorizar o cumprimento do acordo e apoiar o cessar-fogo, a desmobilização das forças beligerantes e levar a cabo eleições nacionais. As FA iniciaram a sua ação em Moçambique, em abril de 1993, e aí permanecem até

dezembro de 1994. Estima-se que tenham passado pelo território moçambicano um total de 463 militares portugueses, em serviço no BTm 4 (Batalhão de Transmissões 4), no quartel-general da Força e nas diversas comissões de acompanhamento.

### **United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM III) e United Nations Observer Mission in Angola (MONUA)**

A UNAVEM III nasceu na sequência da assinatura do Protocolo de Lusaca pelas fações beligerantes, em novembro de 1994. Tinha um mandato muito ambicioso: alcançar a reconciliação nacional; monitorizar o cumprimento do cessar-fogo, a desmobilização e o acantonamento das tropas da Unita e do Governo, e a neutralidade da Polícia Nacional Angolana; coordenar a distribuição da ajuda humanitária e as ações de desminagem; e verificar a realização do processo eleitoral. Portugal participou nesta missão de maio de 1995 a junho de 1997, com um efetivo próximo das seis centenas de militares, constituindo a Companhia de Transmissões 5 (CTm 5) e a Companhia Logística (CLog 6) o núcleo duro dessa participação. A MONUA sucedeu à UNAVEM III tendo por mandato promover a reconciliação nacional, a par da consolidação do processo de paz. Portugal continuou no terreno juntando às duas companhias já mencionadas, um destacamento sanitário (DSan 7). As forças portuguesas da MONUA regressaram a Portugal no início de 1999.

### **United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET) e United Nations Mission of Support in East Timor (UNMISSET)**

As FA iniciaram a sua intervenção em Timor-Leste, em 1999, com navios integrados numa coligação de boas vontades designada por International Force in East Timor (INTERFET), sancionada por uma Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU), tendo prolongado a sua presença no território timorense com outros

TIMOR-LESTE FOI UM TEATRO DE OPERAÇÕES ONDE AS FORÇAS ARMADAS TAMBÉM PARTICIPARAM COM OBSERVADORES MILITARES E ONDE AS FS TIVERAM UM ENVOLVIMENTO IMPORTANTÍSSIMO.

meios nas missões de manutenção e consolidação da paz que se seguiram, primeiro na UNTAET e depois na UNMISSET. Com a independência de Timor-Leste, a 20 de maio de 2002, a UNTAET terminou o seu mandato de Administração Transitória, dando lugar à UNMISSET. Com características substan-

cialmente diferentes da sua antecessora, esta missão visava a consolidação do processo de paz, o que significava apoiar a construção e consolidação das estruturas administrativas centrais, elemento crítico para a manutenção da estabilidade política do país. A participação das FA portuguesas, sob a égide das Nações Unidas, neste teatro de operações envolveu os três ramos. Salienta-se a presença de uma unidade de escalão batalhão, desde fevereiro de 2000 até junho de 2004<sup>5</sup>. Como veremos adiante, Timor-Leste foi um teatro de operações onde as FA também participaram com observadores militares e onde as FS tiveram um envolvimento importantíssimo.

### **United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL)**

A missão no Líbano teve início em 1978, sendo criada para confirmar a retirada das forças israelitas do Sul do país, restaurar a paz e segurança internacionais e ajudar o Governo na árdua tarefa de voltar a exercer a autoridade naquela região. Em 2006, na sequência do fim do conflito que opôs as milícias do Hezbollah ao Exército israelita, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) legitimou a UNIFIL para cumprir, além do mandato que lhe tinha sido conferido nos termos das RCSNU 425 e 426 aprovadas em 1978, várias tarefas adicionais.

Para cumprir estas tarefas adicionais, a UNIFIL sofreu uma reestruturação de monta que implicou um aumento significativo do seu efetivo. É neste contexto que, no final de 2006, Portugal decide enviar para o Líbano uma unidade de engenharia militar de escalão companhia<sup>6</sup>, a qual teve a particularidade de integrar militares de Timor-Leste (11 militares), os primeiros timorenses a participar em missões de paz. Portugal terminou a sua contribuição para a UNIFIL em 27 de junho de 2012.

### **United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali (MINUSMA)**

A missão foi criada em abril de 2013, no Mali, para apoiar a consolidação de um processo político que conduzisse à reconciliação nacional, e simultaneamente realizar várias tarefas relacionadas com a segurança. Nomeadamente, apoiar as autoridades do Mali na estabilização do país e na implementação do programa de transição política. Em junho de 2014, o CSNU clarificou as tarefas da missão dizendo que esta se deveria focalizar em garantir a segurança, a estabilização e a proteção de civis; apoiar o diálogo político e a reconciliação nacional; e auxiliar no restabelecimento da autoridade do Estado, na construção do setor de segurança, e na promoção dos direitos humanos no país. Portugal iniciou a sua participação a 4 de setembro de 2014, com um contingente de 51 militares (45 da Força Aérea Portuguesa e seis do Exército), tendo terminado a 15 de maio de 2015. À data da publicação deste texto, a Força Aérea Portuguesa mantém dois militares no quartel-general da MINUSMA.

### **CONTRIBUIÇÕES INDIVIDUAIS**

Para além do envio de contingentes e/ou plataformas aéreas e marítimas, as FA também enviaram militares para 19 missões de paz<sup>7</sup> não inseridos em unidades constituídas, para desempenharem diversas funções, das quais 11 em África. No caso das missões de paz das Nações Unidas essas funções eram, na esmagadora maioria das vezes, de observação militar, e exercidas só por oficiais de posto superior a capitão. No terreno podíamos deparar-nos com duas situações distintas: coexistência num mesmo território de duas missões da ONU. Uma de contingentes e outra constituída com base em contribuições individuais (por exemplo, missões constituídas por forças militares e missões de observadores militares, cada uma com a sua cadeia de comando própria), ou apenas missões constituídas com base em contribuições individuais. Para simplifi-

car, chamaremos às primeiras missões de tipo A, e às segundas missões de tipo B. Passaremos a apresentá-las por ordem cronológica do início (ver Anexo C – Participação das Forças Armadas Portuguesas em Missões de Observação, pp. 120-121).

#### **United Nations Observation Group in Lebanon (UNOGIL)**

Como foi referido, a missão é criada na sequência da insurreição popular que ocorreu no Líbano, como reação à tentativa do Presidente da República, um cristão maronita, de tentar alterar a Constituição para se perpetuar no poder, a qual estava a conduzir o país para a guerra civil. As FA participaram com cinco militares, de 11 de junho a 9 de dezembro de 1958. A missão estava mandatada para assegurar que pessoal e armamento não eram infiltrados através da fronteira. A UNOGIL limitava-se a observar. O seu mandato não incluía tarefas de mediação, arbitragem ou proibição de infiltrações ilegais. Esperava-se apenas que a sua presença fosse dissuasora desses atos. Era uma missão do tipo B.

#### **United Nations Transition Assistance Group (UNTAG)**

Na sequência da guerra da independência dos territórios do Sudoeste Africano, Angola, Cuba e a África do Sul acordaram em 22 de dezembro de 1988 uma série de medidas que permitissem assegurar a paz na região, e, simultaneamente, abrissem caminho à implementação de um plano que culminasse na independência dos territórios que se passaram a chamar Namíbia. Esse acordo previa a realização de eleições. É neste contexto histórico que nasce a UNTAG com o objetivo de assegurar a realização pacífica de eleições, monitorizar o acordo de cessar-fogo entre as forças da South West Africa People's Organization (SWAPO) e da África do Sul, a retirada e a desmobilização de todas as forças na Namíbia. Portugal participou apenas na supervisão do ato eleitoral com três militares, de 22 de outubro de 1989 a 11 de novembro de 1989. Era uma missão do tipo A.

#### **United Nations Protection Force (UNPROFOR)**

Foi uma missão estabelecida nos territórios da antiga Jugoslávia, com início em fevereiro de 1992 e término a 31 de março de 1995. Inicialmente circunscrita ao território da Croácia, foi mais tarde alargada aos territórios da Bósnia-Herzegovina (daqui em diante, apenas Bósnia) e da Antiga República Jugoslava da Macedónia (FYROM). O alargamento do território sob a sua jurisdição correspondeu também a um alargamento das suas atribuições. Inicialmente, a UNPROFOR estava mandatada para assegurar a desmilitarização das três áreas protegidas da ONU (UNPA) e proteger a população nela residente de quaisquer ataques, assim como monitorizar a desmilitarização da península de Prevlaka. Em junho de 1992, na sequência da extensão do conflito à Bósnia, o mandato da UNPROFOR foi alargado, passando a incluir a segurança e o funcionamento do aeroporto de Sarajevo, e a distribuição de ajuda humanitária, apoiando o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no seu esforço humanitário por todo o território da Bósnia. A pedido, podia também conferir proteção às colunas do ICRC.

Adicionalmente, a UNPROFOR também se encontrava mandatada para monitorizar o cumprimento da *no-fly zone*, das cinco *safe areas* e Sarajevo. Em dezembro de 1992, a UNPROFOR alargou a sua intervenção à FYROM para monitorizar os desenvolvimentos na sua fronteira, naquilo que se designou por *preventive deployment*.

Em 31 de março de 1995, a UNPROFOR sofreu uma reestruturação profunda. A sua Área de Responsabilidade (AOR, Area of Responsibility) passou a ser apenas o território da Bósnia. Na Croácia, é criada a United Nations Confidence Restoration Operation (UNCRO) e na FYROM a United Nations Preventive Deployment Force (UNPREDEP), missões autónomas no entanto interligadas. Os mandatos nos respetivos territórios permaneceram os mesmos da sua antecessora UNPROFOR. Em substituição da antiga UNPROFOR com responsabilidades a nível de teatro de operações foi criada a UNPF. As FA contribuíram para todas estas missões com observadores militares do Exército e da Força Aérea. Estes últimos orientados para a verificação do cumprimento da zona de interdição aérea. Participaram na UNPROFOR desde julho de 1991 até 31 de março de 1995, e nas suas sucessoras (UNPF, UNCRO, FYROM e UNPREDEP) até ao fim<sup>8</sup>. Estas missões eram todas do tipo A.

NA PROVÍNCIA SÉRVIA DO KOSOVO, A MISSÃO TEVE INÍCIO EM JUNHO DE 1999, E COEXISTIU NO TERRENO COM OUTRAS OPERAÇÕES LEVADAS A CABO POR DIFERENTES ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, NOMEADAMENTE A KOSOVO FORCE (KFOR) SOB A ÉGIDE DA NATO, PARA A QUAL PORTUGAL TAMBÉM CONTRIBUIU COM FORÇAS.

### **United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)**

Portugal contribuiu para a componente de observadores militares da missão com seis militares, de 4 de abril de 1993 a 20 de outubro de 1994.

### **United Nations Mission of Observers in Prevlaka (UNMOP)**

A missão foi criada em fevereiro de 1996 e prolongou-se até dezembro de 2002. Herda as missões que do antecedente pertenciam à UNPROFOR, desde outubro de 1992, e a partir de 31 de março de 1995 à UNCRO. Continuava mandatada para monitorizar a desmilitarização da península de Prevlaka e das áreas vizinhas da Croácia e da FRYOM. As FA participaram nesta missão desde o início, com um total de seis militares, até 25 de setembro de 2001.

### **United Nations Interim Administration Mission in Kosovo (UNMIK)**

Na província sérvia do Kosovo, a missão teve início em junho de 1999<sup>9</sup>, e coexistiu no terreno com outras operações levadas a cabo por diferentes organizações internacionais, nomeadamente a Kosovo Force (KFOR) sob a égide da NATO, para a qual Portugal também contribuiu com forças. As FA integraram ininterruptamente o «Military Liaison Office» com um militar (durante alguns períodos com dois), até 30 de setembro de 2013, data em que ter-

minou a participação nacional<sup>10</sup>, num total de oito militares. Dois oficiais gerais portugueses chefiaram essa componente de «ligação militar». É uma missão do tipo B.

#### **United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara (MINURSO)**

Operação no Sara Ocidental, iniciada em 1991, na sequência dos acordos celebrados entre o Governo de Marrocos e a Frente Polisário, com o objetivo de criar condições para levar a cabo uma transição política na região, o que nunca veio a acontecer dadas as divergências irreconciliáveis entre as partes. As FA participaram na componente de observadores militares desta missão, de 9 de abril de 1996 até 15 de fevereiro de 2001, com um total de 23 militares. De salientar que dois dos comandantes da missão foram oficiais gerais portugueses. É uma missão do tipo A.

#### **United Nations Observer Mission in South Africa (UNOMSA)**

Esta missão decorreu na África do Sul, teve início em setembro de 1992 e prolongou-se até junho de 1994. Tinha por objetivo garantir uma transição política pacífica do país para a democracia, assegurando que as forças de segurança e as organizações políticas respeitavam os códigos de conduta estabelecidos no acordo de paz. No seguimento de um pedido efetuado pelas autoridades sul-africanas, a ONU decidiu apoiar a realização de eleições, para o que foi necessário reforçar o dispositivo existente com cerca de dois mil observadores eleitorais, de modo a cobrir todo o país. Portugal contribuiu para este esforço adicional com cinco observadores eleitorais, de 15 a 30 de abril de 1994.

#### **United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM) II**

A missão teve início em junho de 1991 e prolongou-se até fevereiro de 1995. Tinha por objetivo monitorizar o cumprimento do acordo de paz assinado em Bicesse, muito em particular verificar o cumprimento do cessar-fogo. O acordo de paz previa ainda a realização de eleições. As FA participaram na monitorização das eleições presidenciais e legislativas com quatro militares, na segunda quinzena de setembro de 1992. Foi uma missão do tipo A.

#### **United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM) III e United Nations Observer Mission in Angola (MONUA)**

Para além da contribuição com forças para a UNAVEM III e MONUA, conforme atrás referido na secção «Unidades Constituídas», as FA também participaram na componente de observação militar destas duas missões com um total de 22 militares, entre maio de 1995 e outubro de 2002. Foram ambas missões do tipo A.

#### **United Nations Assistance Mission in Afghanistan (UNAMA)**

É uma missão política da ONU estabelecida em março de 2002, a pedido do Governo do Afeganistão, que se encontra mandatada para apoiar a implementação do Acordo de Bona. A missão da UNAMA assemelha-se à da UNMIK, no Kosovo; tem como mandato



liderar e coordenar os esforços civis internacionais para apoiar as autoridades afegãs no processo de transição<sup>11</sup>. A UNAMA integra uma unidade de aconselhamento militar cuja missão é proporcionar conselho militar ao representante especial do secretário-geral da ONU. As FA participam nesta missão com um militar, desde 2008. O grosso da participação nacional no território fez-se no âmbito da NATO. É uma missão do tipo B.

#### **United Nations Mission of Support in East Timor (UNMISSET)**

Em Timor-Leste, as FA participaram de 20 de maio de 2002 a 20 de outubro de 2005, com nove militares, três dos quais oficiais gerais que chefiaram a componente de observadores militares da missão. Foi uma missão do tipo A.

#### **United Nations Office in Timor-Leste (UNOTIL)**

Foi uma missão política de *peacebuilding* (sob os auspícios do Department of Political Affairs, UN Secretariat – DPA) que sucedeu à UNMISSET. Teve início em 20 de maio de 2005 e durou cerca de um ano, tendo sido substituída pela UNMIT, na sequência de uma grave crise política, humanitária e de segurança que varreu o país. A UNOTIL encontrava-se mandatada para apoiar o desenvolvimento das instituições do Estado e da polícia, a governança democrática e o respeito pelos direitos humanos. As FA participaram com cinco militares, de 20 de maio de 2005 a 30 de agosto de 2006.

#### **United Nations Mission in Liberia (UNMIL)**

Trata-se de uma missão na Libéria iniciada em outubro de 2003, mandatada para apoiar a implementação do acordo de cessar-fogo e do processo de paz; proteger os funcionários, as instalações e os civis das Nações Unidas; apoiar as ações no capítulo humanitário e dos direitos humanos, assim como na reforma do setor de segurança, nomeadamente no treino e formação da polícia nacional e das Forças Armadas liberianas. Mantinha-se ativa no momento em que este texto foi redigido. As FA portuguesas contribuíram marginalmente com um militar, de 15 de outubro a 15 de novembro de 2003<sup>12</sup>. É uma missão do tipo A.

#### **United Nations Operation in Burundi (ONUB)**

Foi uma missão no Burundi iniciada em junho de 2004 e terminada em 31 de dezembro de 2006. Tinha por mandato apoiar a implementação das provisões do acordo de reconciliação e de paz de Arusha, assinado em 28 de agosto de 2000. As FA iniciaram a sua participação em 11 de junho de 2004, tendo projetado um total de quatro militares, até 5 de dezembro de 2006, quando terminou a operação<sup>13</sup>. Foi uma missão do tipo A.

#### **United Nations Operation in Côte d'Ivoire (UNOCI)**

É uma operação na Costa do Marfim que se iniciou em junho de 2004 e que se mantém em funcionamento na presente data. Tem por mandato facilitar a implementação do

acordo de paz celebrado entre as partes beligerantes em janeiro de 2003. Após as eleições presidenciais realizadas em 2010 e a crise política que se seguiu, a UNOCI continuou no terreno reformulando a sua missão, desta feita incluindo nas suas atribuições a proteção de civis, proporcionar bons ofícios, apoiar o Governo liberiano na reintegração e desmobilização de antigos combatentes, assim como na reforma do setor de segurança, e monitorizar e promover os direitos humanos. Numa participação que se pode considerar marginal e insignificante, as FA contribuíram apenas com um militar, de 19 de março de 2004 a 17 de abril de 2004<sup>14</sup>. É uma missão do tipo A.

#### **United Nations Mission in the Central African Republic and Chad (MINURCAT)**

Foi uma operação que se iniciou em setembro de 2007 e terminou em dezembro de 2010. O mandato sofreu algumas alterações, porque o texto não era explícito quanto às suas atribuições. Inicialmente, tinha por objetivo ajudar a manter a ordem nos campos de refugiados e deslocados de guerra próximo da fronteira com o Darfur, contribuir para a proteção de civis e para a promoção do respeito pelos direitos humanos e do Estado de direito. Sucessivas RCSNU alargaram os termos do mandato. Em março de 2009 assumiu as responsabilidades da missão da European Union Force Chad/CAR (EUFOR TCHAD/RCA), tanto no Chade como na República Centro-Africana (RCA). O CSNU autorizou a projeção de uma componente militar para compensar o fim da missão da UE no território<sup>15</sup>. A «nova» MINURCAT passou a ter responsabilidades no treino da polícia e na melhoria das infraestruturas judiciais. As FA participaram na operação de 1 de maio de 2008 a 1 de maio de 2009, com um militar colocado no quartel-general da missão<sup>16</sup>.

#### **United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL)**

Na forma de contribuições individuais, a Marinha contribui com um militar, de 29 de fevereiro de 2008 a 13 de junho de 2008.

### **A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E AS MISSÕES DE PAZ DA ONU**

A Guarda Nacional Republicana (GNR, ou simplesmente Guarda) participou em 13 missões da ONU, seis das quais no continente africano e uma no continente americano, desempenhando um leque bastante variado de funções, tanto na forma de unidades constituídas (duas missões) como de contribuições individuais (11 missões, na maioria dos casos como monitores de polícia), executando tarefas específicas de polícia<sup>17</sup> (ver Anexo D – Participação da GNR em Missões de Paz da ONU, p. 122)<sup>18</sup>.

#### **UNIDADES CONSTITUÍDAS**

As duas participações da Guarda em missões das Nações Unidas com unidades constituídas ocorreram em Timor-Leste, na UNTAET e na UNMIT. Nesta última, a Guarda participou simultaneamente na forma de unidades constituídas e de contribuições individuais. Na UNTAET, a GNR participou entre março de 2000 e junho de 2002, com

uma Unidade de Reação Rápida, de escalão companhia<sup>19</sup>. Fruto da instabilidade política e social que assolou o jovem país, a 25 de agosto de 2006, o CSNU aprovou uma nova Resolução que deu origem à UNMIT e ao envio de uma nova força de manutenção da paz para o país. De agosto de 2006 a julho de 2012, a GNR participou na UNMIT com um subagrupamento (unidade de escalão companhia constituída por 127 militares) que atuou como FPU. A missão da Guarda no quadro da UNMIT cessou em dezembro de 2012.

### CONTRIBUIÇÕES INDIVIDUAIS

Nesta modalidade, a Guarda participou na UNAVEM III e na MONUA em Angola, UNMISSET (Timor-Leste), MONUC (República Democrática do Congo), UNIMIL (Libéria), United Nations Operation in Côte d'Ivoire (UNOCI, Costa do Marfim), United Nations Stabilization Mission In Haiti (MINUSTAH, Haiti), UNOTIL e UNMIT, estas duas em Timor-Leste, e na United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau (UNIOGBIS, Guiné-Bissau).

Em Angola, a GNR participou na UNAVEM III com 31 militares, entre 1995 e 1996, e na MONUA com um total de 93 militares, entre 1997 e 1999.

Na República Democrática do Congo, a GNR participou na MONUC com dois militares na sua componente de Polícia Civil, de outubro de 2003 a outubro de 2005; na Libéria, a GNR participou de julho de 2004 a agosto de 2005 na UNMIL com dois militares, nas funções de monitores de polícia, os quais integraram a componente de Polícia Civil (CIVPOL) da missão; na Costa do Marfim, a GNR participou na UNOCI de julho de 2004 a agosto de 2005, com dois militares integrados na componente de monitores de polícia civil da missão. A GNR participou ainda na missão da ONU no Haiti (MINUSTAH), de julho de 2004 a julho de 2005, com um total de quatro militares<sup>20</sup>, com o objetivo de colaborarem na reforma e na reestruturação da Polícia Nacional do Haiti.

Em Timor-Leste, a GNR participou na UNMISSET, a missão que sucedeu à UNTAET, com onze militares atuando como monitores de Polícia Civil, integrados na sua componente de Polícia Civil, de dezembro de 2002 a dezembro de 2003. À UNMISSET seguiu-se em maio de 2005 a UNOTIL, uma missão política que visava assegurar a estabilidade e o desenvolvimento de Timor-Leste, tendo a GNR contribuído com um militar entre janeiro de 2005 e maio de 2006. De novembro de 2006 a fevereiro de 2009, a GNR contribuiu com 57 monitores de polícia para a componente de CIVPOL da missão, os quais desenvolveram um papel extremamente importante na capacitação e formação do efetivo da Polícia Nacional de Timor-Leste. A Guarda contribuiu também para a UNMIT na forma de contribuições individuais com seis militares que operaram como elementos de ligação.

Na Guiné-Bissau, a Guarda participa na UNIOGBIS com duas militares, uma entre janeiro de 2014 e março de 2015, e a outra encontra-se em funções, no momento em que este texto foi elaborado. A UNIOGBIS é uma missão integrada estabelecida em 2009, na

Guiné-Bissau, que substituiu a missão até aí existente. Entre os seus vários objetivos salientamos o apoio: ao fortalecimento das instituições nacionais, com o intuito de manter a ordem constitucional, a segurança pública e o pleno respeito pelo Estado de direito; à implementação de um processo inclusivo de diálogo político e reconciliação nacional; à reforma do setor de segurança; às autoridades nacionais no combate ao tráfico de droga e à criminalidade organizada, assim como ao tráfico de pessoas.

### **A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E AS MISSÕES DE PAZ**

Entre 1992 e meados de 2015, a Polícia de Segurança Pública (PSP) participou em 17 missões de paz da ONU, das quais oito em África e duas no continente americano. Os profissionais da PSP têm participado em missões de paz operando como monitores de Polícia Civil, apenas na forma de contribuições individuais. Têm desempenhado um leque bastante alargado de funções, tais como: comando e planeamento, formação em academias de polícia, investigação criminal, informações policiais, ordem pública, segurança pessoal, apoio à vítima, patrulhamento, policiamento comunitário ou de proximidade, trânsito e observação eleitoral.

A PSP participou/participa nas seguintes missões, tais como: UNPROFOR (Bósnia), UNOMOZ (Moçambique), UNMIBH (Bósnia-Herzegovina), MINURSO (Sara Ocidental), MINURCA (República Centro-Africana), MINUGUA (Guatemala), UNTAET, UNMISSET, UNOTIL, UNMIT (estas quatro últimas em Timor-Leste), UNMIK (Kosovo), MONUC (República Democrática do Congo), MINUSTAH (Haiti), UNIOSIL (Serra Leoa), MINURCAT (Chade/República Centro-Africana), UNIOGBIS (Guiné-Bissau) e MINUSCA (República Centro-Africana).

### **UNPROFOR**

A PSP participou nesta missão e nas suas sucedâneas (UNPF, UNCRO e UNPREDEP) com cerca de 158 polícias, entre março de 1992 e dezembro de 1995, integrando a componente de Polícia Civil destas missões.

### **UNMOZ**

A PSP envolveu-se nesta missão entre fevereiro de 1994 e dezembro de 1994, integrando a sua componente de Polícia Civil.

### **UNMIBH**

Esta missão foi criada no final de 1995, na Bósnia, na sequência dos Acordos de Dayton, e tinha vários objetivos relacionados com a aplicação da lei e com a reforma da polícia local; coordenava as atividades da ONU no campo do apoio humanitário e dos refugiados de guerra, da desminagem, dos direitos humanos, das eleições e da reabilitação de infraestruturas e da reconstrução económica. Os elementos da PSP integraram a sua componente de Polícia Civil designada por UN IPTF (United Nations International Police

Task Force) desde o seu início, em dezembro de 1995 até dezembro de 2002, com um total de 264 elementos, quando esta missão foi substituída por uma missão da UE.

### **MINURSO**

A PSP integrou a componente de Polícia Civil da missão, tendo começado a sua participação em outubro de 1997, inicialmente com um contingente de dez elementos. A PSP cessou definitivamente a sua presença em novembro de 2003<sup>21</sup>, tendo participado na operação com um total de 18 elementos.

### **MINURCA**

A PSP participou nesta missão na República Centro-Africana com dois elementos, entre junho de 1998 e fevereiro de 2000, tendo desempenhado funções essencialmente ligadas à formação e assessoria das autoridades policiais locais<sup>22</sup>.

### **United Nations Verification Mission in Guatemala (MINUGUA)**

A operação foi lançada em junho de 1998, na Guatemala, como resposta à decisão do Governo e das guerrilhas guatemaltecas de regressarem à mesa das negociações, e terminou em setembro de 2002. Tratava-se de uma missão mandatada para verificar o cumprimento dos acordos assinados entre as partes, assim como o respeito pelos direitos humanos. A PSP integrou a componente de Polícia Civil da missão entre junho de 1998 e setembro de 2002, tendo contribuído com um total de cinco elementos policiais.

### **UNMIK**

A PSP integrou a componente de Polícia da ONU, no âmbito da Administração Transitória Interina do Kosovo desde o primeiro instante, em julho/agosto de 1999, com 20 elementos que transitaram da Bósnia para o Kosovo<sup>23</sup>. A contribuição da PSP para a missão foi diminuindo progressivamente tendo cessado definitivamente em julho de 2008, tendo totalizado aproximadamente 75 elementos policiais.

### **UNTAET, UNMISSET, UNOTIL e UNMIT**

A PSP operou integrada nas componentes de Polícia Civil destas missões. Com a chegada em janeiro de 2000 do comandante da UNPOL e dos primeiros elementos policiais, a PSP foi a primeira força de segurança a assumir responsabilidades no território, ainda quando a INTERFET tinha a responsabilidade da manutenção da lei e da ordem. O contingente da PSP ficou completo com a chegada, no princípio de fevereiro de 2000, dos restantes 40 elementos. Três oficiais superiores da PSP chefiam a componente de Polícia Civil das diferentes missões (de janeiro a agosto de 2000, e de setembro de 2000 a novembro de 2001, ambos durante a vigência da UNTAET, e entre janeiro de 2009 e dezembro de 2012, durante a UNMIT).

Equipas da PSP integraram a Unidade de Segurança Pessoal da UNPOL que garantiu, entre 2000 e 2004, a segurança dos mais altos dignitários timorenses, designadamente o Presidente da República, primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros. Simultaneamente, ministraram formação aos polícias timorenses que integraram posteriormente aquela unidade especial. Um dos pontos altos da ação da PSP foi a formação ministrada na Academia de Polícia em Comoro – Díli, de que o primeiro diretor foi um oficial da PSP. A presença de polícias portuguesas foi determinante na linha orientadora daquela escola<sup>24</sup>. A participação da PSP terminou em dezembro de 2012, quando terminou a missão, tendo rondado um total superior a 230 elementos.

### **MONUC**

A PSP integrou a componente de Polícia Civil da missão, tendo participado com seis elementos, os quais desempenharam funções essencialmente na área da formação da polícia local, entre 2001 e 2004. Entre maio e dezembro de 2003, um elemento da PSP desempenhou as funções de *police commissioner*, chefiando a componente de Polícia Civil da MONUC.

### **MINUSTAH**

A PSP participou nesta missão no Haiti em dois momentos: de junho de 2004 a junho de 2005, com um elemento integrando a componente de Polícia Civil; e de janeiro de 2013 a setembro de 2014, com um elemento que ocupou o cargo de *police commissioner*.

### **UNIOSIL**

Foi a operação que sucedeu à UNAMSIL e encontrava-se mandatada para apoiar o Governo da Serra Leoa no processo de construção das instituições do Estado, na defesa dos direitos humanos e na implementação da reforma do setor de segurança. A Secção de Polícia Civil e de Assistência Militar da Missão era composta por elementos policiais internacionais dos quais dois pertenciam à PSP. A contribuição da PSP teve lugar entre 2006 e 2008.

### **MINURCAT**

Elementos da PSP participaram nesta missão em duas tarefas distintas: segurança pessoal do representante especial do secretário-geral da ONU (RESG)<sup>25</sup>; e aconselhamento e formação das forças de segurança locais. Participaram nesta última tarefa quatro oficiais.

### **United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA)**

A missão nasceu em janeiro de 2010 com o objetivo de consolidar a paz e reforçar as instituições democráticas. Contudo, as vicissitudes por que passou fizeram com que o seu mandato em setembro de 2013 tivesse sido alterado em cinco domínios (apoio à

implementação do processo de transição; apoio à prevenção de conflitos e à assistência humanitária; apoio à estabilização das condições de segurança; promoção e proteção dos direitos do homem; e coordenação da ação dos atores internacionais). Em março de 2014, transformou-se numa operação ao abrigo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas com a tarefa principal de proteger os civis. A PSP participa nesta missão desde 13 de setembro de 2014, com o *police commissioner*.

## UNIOGBIS

A PSP participou nesta missão entre 2010 e 2012<sup>26</sup> com três elementos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez feita a apresentação do que foi a participação nacional em missões de paz da ONU, importa perceber quais os aspectos relevantes dessa atividade que nos permitem identificar traços comuns e tendências. De pouco valerá afirmar que as Forças Armadas e as Forças de Segurança participaram em 35 missões de paz, em quatro continentes, com cerca de 8400 militares e polícias, se essa informação não for contextualizada. Nem as missões nem as funções desempenhadas tiveram a mesma importância e significado. Para esse exercício selecionámos três dimensões: a localização do teatro de operações onde decorreram as missões, os

meios empregues (concentrar-nos-emos apenas nos recursos humanos, por ter sido esse o enfoque do trabalho), e os mandatos das operações.

No início da década de 1990, Portugal participou ativamente com unidades constituídas nas missões de paz da ONU que ocorreram no espaço lusófono, nomeadamente, em Moçambique e Angola. Durante

esse período, Portugal participou ainda em missões nos Balcãs. Com a entrada no século XXI, verificou-se uma dispersão geográfica das missões de paz em que o País se envolveu. Aumentou o número de teatros de operações, assim como a distância entre eles. Como aspecto relevante sobressai o facto de as forças nacionais operarem primordialmente em regiões que não se inseriam nas áreas tradicionais de interesse nacional (Balcãs, Serra Leoa, Libéria, Sudão, Guatemala, Haiti, Burundi, Costa do Marfim, Líbano, etc.), não sendo óbvia a existência de uma relação direta entre uma e a outra coisa, isto é, entre participação e interesse nacional.

Percebendo essa relação, intrinsecamente ligada à política externa do Estado, mais facilmente se perceberá como é que a participação nacional em determinados teatros de operações se poderá inscrever nessa equação. Os argumentos mais plausíveis poderão encontrar-se nos domínios da segurança cooperativa. Se é verdade que foi através

SE É VERDADE QUE FOI ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES DA ONU QUE PORTUGAL PÔDE ESTAR PRESENTE NO AUXÍLIO A PAÍSES PERTENCENTES À CPLP TAMBÉM É VERDADE QUE FOI ATRAVÉS DA ONU QUE PORTUGAL CONSEGUIU ESTAR PRESENTE NOUTROS TEATROS DE OPERAÇÕES, ONDE NOUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS DIFICILMENTE CONSEGUIRIA ESTAR.


da participação em missões da ONU que Portugal pôde estar presente no auxílio a países pertencentes à CPLP – mais tarde as Forças Armadas e Forças de Segurança participaram em missões em Timor-Leste e na Guiné-Bissau – também é verdade que foi através da ONU que Portugal conseguiu estar presente noutros teatros de operações, onde noutras circunstâncias dificilmente conseguiria estar. Contudo, ficam por esclarecer os motivos subjacentes à dispersão geográfica dessas participações. Em termos de interesse nacional, participar numa missão e não participar noutra tem de ter necessariamente um significado político diferente. Terá prevalecido a possibilidade de explorar novas oportunidades de política externa, ou foi apenas um exercício de *show the flag*? Através da participação nacional em missões de paz não se consegue discernir a existência (ou não) de áreas geográficas prioritárias que devam ser objeto de maior atenção por parte dos diferentes atores nacionais, partindo do princípio que haverá um sincronismo na utilização de todos os instrumentos de política externa à disposição do Estado.

A dispersão geográfica das missões há que adicionar a dispersão de meios, sem embargo do facto de em várias ocasiões terem sido empregues no mesmo teatro de operações, em simultâneo, elementos das Forças Armadas e/ou das Forças de Segurança <sup>27</sup>: antiga Jugoslávia, Moçambique, Angola, Chade e República Centro-Africana, Sara Ocidental, Burundi, Costa do Marfim e Timor-Leste. Em princípio, a quantidade e o tipo de meios empregues, por outras palavras, o tipo de participação nessas missões, também deve ter uma relação direta com o interesse nacional na região onde decorrem as missões. Este motivo explica porque é que a participação nacional em Timor-Leste foi, de longe, a que consumiu mais recursos ao erário público e se prolongou por cerca de doze anos, em contraste, por exemplo, com a diminuta participação na missão em curso na Guiné-Bissau. Noutros casos, porém, é mais difícil estabelecer este tipo de relação.

Ao procurar estabelecer uma ponte entre a geografia e o tipo de participação, é possível identificar uma tendência na participação nacional: numa significativa maioria de casos, a participação das Forças Armadas e Forças de Segurança efetuou-se através de contribuições individuais, diminutas e de curta duração (um/dois anos). Seria importante saber o racional que preside à adoção desta opção: aspectos de natureza financeira – os custos das participações individuais são sempre muito menores do que os encargos com unidades constituídas –, ou aspectos de natureza política, nomeadamente a possibilidade de se retirarem dividendos políticos específicos através do emprego desta modalidade (monitorização, formação, mentoria, etc.), pensando no efeito multiplicador, muito provavelmente intangível e de longo prazo que estas participações poderão ter. Face à impossibilidade real deste tipo de participação em criar redes de relacionamento, adquirir conhecimento relevante sobre o país ou exercer influência em setores nevrálgicos daquelas sociedades, ficam-nos algumas interrogações sobre o mérito e os benefícios destas opções. Este tipo de participações tem ocorrido, sobretudo, em missões no continente africano.



A alteração qualitativa da natureza dos mandatos transporta-nos para outro aspecto relevante da participação nacional que merece ser destacado. Como pudemos observar pela descrição feita dos mandatos das diferentes missões, verifica-se uma significativa alteração qualitativa na sua natureza, à medida que vamos caminhando pelo século XXI. A ONU tem vindo a relegar a gestão da violência para segundo plano, concentrando-se progressivamente em ações características do pós-violência, onde se inserem todas as questões relacionadas com a reconstrução e desenvolvimento, entre outras, a reforma do setor de segurança, com as implicações sociais, económicas e políticas que daí advêm e que lhe estão subjacentes. Por isso, a maioria das missões lançadas pela ONU, assim como pela UE, na segunda metade da década foram de construção/consolidação da paz, mais vocacionadas para aspectos de desenvolvimento e da reconstrução dos estados que emergem de conflitos violentos.

Este novo enfoque das missões de paz, igualmente adotado pela UE e evidente na formulação do conceito de gestão civil de crises veio trazer um maior protagonismo às Forças de Segurança, cada vez mais chamadas para participarem nestas missões. Esta ênfase explica parcialmente o aumento de protagonismo da GNR nas missões de paz, dadas as suas características de força militar e de polícia, tornando-a particularmente apta para participar naquele tipo de operações. Embora tenha havido o engenho de utilizar as Forças Armadas e Forças de Segurança nos nichos de especialidade para os quais aquelas se encontram extremamente aptas e dispõem de inegáveis vantagens competitivas neste novo tipo de missões, não podemos deixar de referir, apesar de este tema não ter sido objeto de estudo neste trabalho, que Portugal não se preparou convenientemente para este novo desafio. Excetuando o caso de Timor-Leste, em que houve uma participação significativa de atores civis, nos restantes casos essa participação tem sido praticamente inexistente<sup>28</sup>. 

*Data de receção: 15 de maio de 2015 | Data de aprovação: 10 de julho de 2015*

**Anexo A > Contribuição Nacional para as Missões de Paz da ONU<sup>29</sup>**

<b>Ano<sup>30</sup></b>	<b>Posição de Portugal relativamente ao total de TCN</b>	<b>Total de TCN</b>	<b>Contribuição nacional</b>
1992 agosto	52	64	46
1993	55	67	56
1994	40	70	352
1995	48	74	54
1996	26	70	274
1997	26	70	407
1998	14	71	419
1999	37	76	72
2000	36	83	71
2001	12	90	1001
2002	10	87	1139
2003	15	89	712
2004	19	94	565
2005	61	103	57
2006	82	107	23
2007	39	114	361
2008	41	119	348
2009	38	120	347
2010	43	115	324
2011	40	115	345
2012	44	115	326
2013	106	114	2
2014	117	123	2
2015	81	121	50
2015 fevereiro	79	120	50
2015 março	81	121	50
2015 abril	78	122	50
2015 maio	79	121	50
2015 junho	111	122	3

**Anexo B > Participação das Forças Armadas Portuguesas em Missões de Paz da ONU  
(Unidades Constituídas)<sup>31</sup>**

**EXÉRCITO**

<b>País<sup>32</sup></b>	<b>Missão</b>	<b>Efetivos<sup>33</sup></b>	<b>Início</b>		<b>Fim</b>
Moçambique	ONUMOZ	463	4 de abril de 1993	22 de dezembro de 1994	
Angola <sup>34</sup>	UNAVEM III	597	26 de maio de 1995	30 de junho de 1997	
Angola	MONUA	541	1 de julho de 1997	5 de janeiro de 1999	
Timor-Leste	UNTAET	239	14 de fevereiro de 2000	8 de junho de 2002	
Timor-Leste	UNMISSET	1897	20 de maio de 2002	11 de junho de 2004	
Líbano	UNIFIL	709	24 de novembro de 2006	27 de junho de 2012	

**MARINHA**

<b>País</b>	<b>Missão</b>	<b>Efetivos<sup>35</sup></b>	<b>Início</b>		<b>Fim</b>
Angola	MONUA		15 de junho de 1997	30 de setembro de 1998	
República Democrática do Congo	OR RD CONGO	33	14 de julho de 2006	2 de dezembro de 2006	
Timor-Leste	INTERFET	184	setembro de 1999	julho de 2000	
Timor-Leste	UNTAET	451	fevereiro de 2000	outubro de 2001	
Timor-Leste	UNTAET/ /UNMISSET	130	outubro de 2001	junho de 2002	
Timor-Leste	UNMISSET	561	junho de 2002	junho de 2004	

**FORÇA AÉREA**

<b>País</b>	<b>Missão</b>	<b>Efetivos<sup>36</sup></b>	<b>Início</b>		<b>Fim</b>
Líbano	World Food Program	7	julho de 2006	agosto de 2006	
Argélia	ACNUR	-	fevereiro de 2006	fevereiro de 2006	
Timor-Leste	UNTAET	24	1 de fevereiro de 2000	20 de junho de 2000	
Angola	UNAVEM III	4	1996	1996	
Ex-Jugoslávia	UNPROFOR	1	janeiro de 1993	janeiro de 1994	
Turquia e Norte do Iraque	Provide Confort	-	abril de 1991	julho de 1991	
República Democrática do Congo	MONUC	18 <sup>37</sup>	2006		-
Mali	MINUSMA	53 <sup>38</sup>	1 de setembro de 2014	19 de maio de 2015	

**Anexo C > Participação das Forças Armadas Portuguesas em Missões de Observação<sup>39</sup>**

<b>Designação da missão</b>	<b>Tipo de missão</b>	<b>Local</b>	<b>Permanência de observadores (início-fim)</b>	<b>Efetivos totais empenhados</b>
UNOGIL	Supervisão de processo eleitoral	Líbano	11 de junho de 1958-9 de dezembro de 1958	5
UNTAG	Supervisão de processo eleitoral	Namíbia	22 de outubro de 1989-11 de novembro de 1989	3
UNPROFOR/UNPF	Proteção a populações de etnias minoritárias	Ex-Jugoslávia	1 de julho de 1991-11 de agosto de 1996	35
	Monitorização de aeroportos		8 de janeiro de 1993-5 de janeiro de 1996	6 (pertencem à FAP)
	Monitorização do Acordo de Paz		31 de março de 1995-25 de setembro de 2001	5
UNAVEM II	Supervisão de processo eleitoral	Angola	23 de setembro de 1992-26 de setembro de 1992	4
ONUMOZ	Apoio ao processo de paz e supervisão de processo eleitoral	Moçambique	4 de abril de 1993-20 de outubro de 1994	6
UNOMSA	Supervisão de processo eleitoral	África do Sul	15 de abril de 1994-30 de abril de 1994	5
ICFY (CE E ONU)	Monitorização de acordo entre as partes	Ex-Jugoslávia	26 de setembro de 1994-4 de dezembro de 1994	1
UNCRO	Observação do cumprimento de acordos	Croácia	31 de março de 1995-15 de janeiro de 1996	5
UNAVEM III	Observação do cumprimento de acordos e estabilização regional	Angola	1 de maio de 1995-30 de julho de 1997	8
			1 de julho de 1997-7 de junho de 1999	5
			10 de janeiro de 1997-10 de fevereiro de 1999	4
UNPREDEP <sup>40</sup>	Missão de monitorização de fronteiras	FYROM	3 de janeiro de 1996-7 de março de 1999	3

<b>Designação da missão</b>	<b>Tipo de missão</b>	<b>Local</b>	<b>Permanência de observadores (início-fim)</b>	<b>Efetivos totais empenhados</b>
UNMOP	Monitorizar a desmilitarização da península de Prevlaka	Croácia (Prevlaka)	fevereiro de 1996-25 de setembro de 2001	6
			15 de julho de 2002-16 de fevereiro de 2004	2
MINURSO	Observação do cumprimento do acordo de cessar-fogo entre as partes, preparação de referendo	Sara Ocidental	9 de abril de 1996-15 de fevereiro de 2001	23 <sup>41</sup>
MONUA	Observação de cumprimento dos acordos, e estabilização regional	Angola	7 de maio de 2002-1 de outubro de 2002	5 (2 pertencem à FAP)
UNMIL	Formação e treino	Libéria	15 de outubro de 2003-15 de novembro de 2003	1
UNOCI	Formação e treino	Costa do Marfim	19 de março de 2004-17 de abril de 2004	1
ONUB	Formação e treino	Burundi	11 de junho de 2004-5 de dezembro de 2006	4
UNMIK	Observação do cumprimento do acordo entre as partes	Kosovo	17 de julho de 2005-30 de setembro de 2013	8 <sup>42</sup>
UNMISSET	Observação do cumprimento do acordo entre as partes	Timor-Leste	20 de maio de 2002-20 de outubro de 2005	9 <sup>43</sup>
UNOTIL	Apoio ao <i>nation-building</i>	Timor-Leste	20 de maio de 2005-30 de agosto de 2006	5
UNAMA	Conselho militar ao RESG	Afeganistão	2008-...	1 <sup>44</sup>
UNIFIL	Monitorar a cessão de hostilidades	Líbano	29 de fevereiro de 2008-13 de junho de 2008	1 (Marinha)
MINUCART	Proteção de civis e promover o respeito pelos direitos humanos e o Estado de direito	Chade e RCA	1 de maio de 2008-1 de maio de 2009	1

**Anexo D > Participação da GNR em Missões de Paz da ONU<sup>45</sup>**

<b>País</b>	<b>Missão</b>	<b>Efetivos<sup>46</sup></b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>	<b>Observações</b>
Angola	UNAVEM III	31	1995	1996	I
Angola	MONUA	93	1997	1999	I
Timor-Leste	UNTAET	477	março de 2000	junho de 2002	C
Timor-Leste	UNMISSET/CIVPOL	11	dezembro de 2002	dezembro de 2003	I
Congo	MONUC	2	outubro de 2003	outubro de 2005	I
Haiti	MINUSTAH	4	julho de 2004	julho de 2005	I
Costa do Marfim	UNOCI	2	julho de 2004	agosto de 2005	I
Libéria	UNMIL	2	julho de 2004	agosto de 2005	I
Timor-Leste	UNOTIL	1	janeiro de 2005	maio de 2006	I
Timor-Leste	UNMIT	678	26 de agosto de 2006	dezembro de 2012	C
Timor-Leste	UNMIT – OFICIAL LIGAÇÃO	6	agosto de 2006	janeiro de 2009	I
Timor-Leste	UNMIT/CIVPOL	57	novembro de 2006	fevereiro de 2009	I
Guiné-Bissau	UNIOGBIS	2	2014	–	I

**Legenda**

**C** – Unidades constituídas | **I** – Contribuições individuais

**Anexo E > Participação da PSP em Missões de Paz da ONU<sup>47</sup>**

<b>País</b>	<b>Missão</b>	<b>Efetivos</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
Bósnia	UNPROFOR	158	março de 1992	dezembro de 1995
Moçambique	UNMOZ	60	fevereiro de 1994	dezembro de 1994
Bósnia	UNMIBH/ /IPTF	264	dezembro de 1995	dezembro de 2002
Sara Ocidental	MINURSO	18	outubro de 1997	novembro de 2003
República Centro-Africana	MINURCA	2	junho de 1998	fevereiro de 2000
Guatemala	MINUGUA	5	junho de 1998	setembro de 2002
Kosovo	UNMIK	75	julho de 1999	julho de 2008
Timor-Leste	UNTAET/ /UNMISSET/ /UNOTIL/ /UNMIT	230	janeiro de 2000	dezembro de 2012
Congo	MONUC	6 <sup>48</sup>	2001	2004
Haiti	MINUSTAH	1 <sup>49</sup>	junho de 2004	junho de 2005
Serra Leoa	UNIOSIL	4	2006	2008
Chade/República Centro-Africana	MINURCAT	18	junho de 2008	maio de 2009
Guiné-Bissau	UNIOGBIS	3	2010	2012
Haiti	MINUSTAH	1 <sup>50</sup>	janeiro de 2013	setembro de 2014
RCA	MINUSCA	2 <sup>51</sup>	13 de setembro de 2014	-

- 1** Partnership for Effective Peacekeeping. [Consultado em: 23 de julho de 2015]. Disponível em: [http://www.effectivepeacekeeping.org/sites/effectivepeacekeeping.org/files/04/DPKO-DFS\\_Capstone%20Document.pdf](http://www.effectivepeacekeeping.org/sites/effectivepeacekeeping.org/files/04/DPKO-DFS_Capstone%20Document.pdf).
- 2** Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations. [Consultado em: 23 de julho de 2015]. Disponível em: [http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/jun15\\_2.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/jun15_2.pdf)
- 3** UN mission's contributions by country. [Consultado em: 23 de julho de 2015]. Disponível em: [http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/jun15\\_5.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/jun15_5.pdf)
- 4** Independentemente da constatação das opções dos decisores políticos quanto às prioridades de política externa, um exercício de *rankings* deve ir para além da contagem das contribuições com tropas (TCN). Deve incluir e ter em consideração outros fatores, como sejam, entre outros, o PIB *per capita*, e contribuições de outra natureza, nomeadamente financeira.
- 5** Neste e nos casos que se seguirão excluímos deliberadamente a referência aos militares que ocuparam posições nos quartéis-generais das forças, tais como oficiais de ligação e outros, as quais eram normalmente em número e importância proporcional à participação nacional.
- 6** Um valor médio mensal a rondar os 133 militares (131 mais dois no quartel-general da força). À unidade de engenharia militar foi atribuída a missão de construção horizontal e vertical em apoio das unidades da UNIFIL; estar preparada para apoiar a liberdade de movimentos em toda a Área de Responsabilidade (AOR); apoiar as Forças Armadas do Líbano, a população nova e executar ações humanitárias.
- 7** A UNPF, UNCR0 e UNPREDEP não foram contabilizadas, visto serem construções artificiais no seio da UNPROFOR.
- 8** Para mais detalhes sobre quantitativos da participação nacional, ver o Anexo C – Participação das Forças Armadas em Missões de Observação.
- 9** A UNMIK ainda funciona à data em que o presente ensaio é escrito, mas com atribuições completamente diferentes das iniciais e substancialmente mais reduzidas, desde que o Kosovo declarou independência e adotou uma nova Constituição, e a EULEX entrou em funcionamento.
- 10** A UNMIK tinha em 1999 um efetivo autorizado que rondava os 4718 indivíduos, na sua esmagadora maioria policiais, no qual se incluíam 38 oficiais de ligação militar com atribuições diferentes das funções típicas da observação militar. Esta componente de ligação militar foi-se reduzindo ao longo dos anos. Presentemente, conta apenas com oito elementos. UN Mission's Summary Detailed by Country. [Consultado em: 22 de julho de 2015]. Disponível em: [http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/jun15\\_3.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/jun15_3.pdf)
- 11** A pedido das autoridades afegãs apoiou na preparação e organização das eleições, nomeadamente das eleições presidenciais e provinciais de 2014.
- 12** A UNMIL era composta por 15 mil militares (incluindo 250 observadores militares e 160 elementos de estado-maior) e 1115 policiais, incluindo uma FPU para apoiar na manutenção da lei e ordem, e a correspondente componente civil.
- 13** A operação tinha uma força autorizada total de 5650 militares, nos quais se incluíam 200 observadores militares, 120 policiais, 434 funcionários civis internacionais, 170 voluntários das Nações Unidas e 446 funcionários locais. A operação tinha por objetivos, entre outros, assegurar o respeito pelo cessar-fogo, levar a cabo os programas de desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes e contribuir para o sucesso do processo eleitoral.
- 14** O efetivo autorizado era de 6910 militares, dos quais 6240 faziam parte de contingentes e 120 eram observadores militares. A operação tem vindo a aumentar tendo atingido em janeiro de 2014 um efetivo autorizado de 9583, de que se destaca 8233 militares em contingentes e 185 observadores militares.
- 15** O efetivo autorizado da MINURCAT é de 5200 militares, 300 policiais, 25 oficiais de ligação e o número apropriado de pessoal civil.
- 16** A criação da MINURCAT resulta da RCSNU 1861, de 14 de janeiro de 2009. Vinte e três estados-membros da UE encontram-se representados no quartel-general da operação em Mont Valérien, na França. Dezanove estados estão representados no teatro das operações, três dos quais não são membros da UE.
- 17** Participação da GNR em Missões de Paz [Consultado em: 15 de fevereiro de 2014]. Disponível em: <http://www.gnr.pt/default.asp?do=4ryv06r40npv10nv5/zv551r5>  
Os monitores de polícia assemelham-se nas forças policiais aos observadores militares, usufruindo de um estatuto muito semelhante. As forças constituídas da Guarda têm características híbridas, policiais e militares, o que lhes confere uma capacidade de intervenção robusta, capaz de fazer uso da força desde os meios menos aos mais letais, sobretudo em operações de reposição da ordem e da tranquilidade públicas, cobrindo um conjunto bastante lato de valências. Este tipo de unidades designam-se na ONU por Formed Police Unit (FPU), na NATO por Multinational Specialized Units (MSU) e na UE por Integrated Police Unit (IPU), mas o conceito subjacente à sua atuação é o mesmo.
- 18** Participação da GNR em Missões de Paz [Consultado em 15 de junho de 2015]. Disponível em: <http://www.gnr.pt/default.asp?do=4ryv06r40npv10nv5/zv551r5>
- 19** Tratou-se de uma FPU, a qual assumiu um papel preponderante na garantia das condições de segurança, sobretudo na capital, Díli. Na lista de missões atribuídas a esta unidade estavam o controlo de distúrbios civis, segurança de áreas sensíveis, escoltas e segurança a altas entidades, e operações de busca e salvamento.
- 20** A MINUSTAH foi criada inicialmente para apoiar o governo transitório em vários domínios: assegurar um ambiente estável; monitorização, reestruturação e reforma da Polícia Nacional Haitiana; implementação dos programas de desarmamento, desmobilização e reintegração; e manutenção da lei e ordem.
- 21** Informação obtida através da consulta do sítio da ONU na internet.
- 22** Não confundir com a operação de paz conhecida pela sigla MINUCART que foi lançada em 2007, no mesmo território.
- 23** Esta foi a primeira missão em que uma componente policial assumiu poderes executivos, pelo que os elementos policiais desempenharam as suas funções armadas. A Polícia da ONU desempenhou as funções de uma Polícia de Segurança Pública local então inexistente garantindo, em estreita cooperação com a componente militar, a segurança e ordem pública, assim como a investigação criminal, de forma a prevenir a ocorrência de violações dos direitos humanos e capturar suspeitos da prática de crimes.
- 24** Três dos responsáveis pela direção da Academia foram oficiais da PSP.
- 25** Dr. Vítor Ângelo, por coincidência também de nacionalidade portuguesa.
- 26** Um destes oficiais foi nomeado *head of sector security reform*, reportando diretamente ao RESG.
- 27** A análise deste tema está limitada pelo risco de enviesamento, se não for efetuada conjuntamente com o que tem sido a participação nacional noutras organizações internacionais, muito em particular na NATO e na UE.
- 28** Apesar dos esforços de formação levados a cabo pelo Instituto de Defesa Nacional nestes domínios, nomeadamente através do curso de gestão civil de crises.
- 29** [Consultado em: 23 de julho de 2015]. Disponível em: [http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors\\_archive.shtml](http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors_archive.shtml)
- 30** Os valores apresentados referem-se à situação em pessoal no último dia do mês. Há que ter em conta as variações dos efetivos ao longo do ano. A não indi-



cação do mês significa que foi considerado o último dia do mês de janeiro do ano em causa. Apesar de a opção adotada não ser particularmente rigorosa por retratar a situação apenas num dia do ano, fornece uma informação preciosa para se perceber qual foi a evolução da participação nacional em missões de paz nos vinte e três anos indicados (1992-2015).

**31** As tabelas originais foram construídas e os dados compilados por José Loureiro, Mara Saramago e António Eugénio tendo sido publicadas em BRANCO, C., GARCIA, F. P., PEREIRA, C. S. (coord.) – *Portugal e as Operações de Paz. Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio, 2010. Foram atualizadas para este trabalho pelo autor recorrendo a fontes oficiais disponibilizadas pelos ramos das FA.

**32** Não estão contabilizados os militares que fizeram parte da COMIVE, que esteve no teatro de operações antes da assinatura do Acordo Geral de Paz, nem os militares que integraram a Comissão de Supervisão e Controlo, criada para garantir a implementação do processo de paz e que tinha na sua dependência as seguintes comissões: Comissão de Cessar-Fogo, Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas da Defesa de Moçambique e a Comissão de Reintegração dos Militares Desmobilizados.

**33** Os valores apresentados reportam-se a quantitativos totais.

**34** Não estão contabilizados os militares que integraram a Missão Temporária de Portugal junto das estruturas do processo de paz em Angola e que participaram nas diversas comissões que dependiam da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). Os efetivos referentes aos QG incluem os militares da Polícia do Exér-

cito. Na MONUA, a retirada dos militares da Polícia do Exército ocorreu a 5 de junho de 2000.

**35** Os valores apresentados reportam-se a quantitativos totais.

**36** Estes valores reportam-se única e simplesmente a pessoal. Não entram em linha de conta com as plataformas utilizadas.

**37** Em permanência. Rotação média mensal.

**38** Os valores reportam-se a efetivos por rotação. A FAP fez rotações com a duração de dois meses. No total terão prestado serviço no teatro de operações do Mali cerca de 268 militares (256 da FAP e 12 do Exército).

**39** A tabela original foi construída e os dados compilados por Alexandre Carriço, tendo sido publicada em BRANCO, C., GARCIA, F. P., PEREIRA, C. S. (coord.) – *Portugal e as Operações de Paz. Uma Visão Multidimensional*. Foram atualizadas para este trabalho pelo autor recorrendo a fontes oficiais disponibilizadas pelos ramos das FA. Os organismos oficiais não dispõem de dados referentes ao número de observadores oriundos da FAP. Os dados recolhidos resultaram de pesquisas efetuadas com base no conhecimento pessoal.

**40** Só se considerou a participação nacional após o fim da UNPROFOR. De 31 de março de 1995 até janeiro de 1996, os militares foram contabilizados como pertencendo à UNPROFOR.

**41** Dos quais dois foram chefes dos Observadores Militares, entre 9 de abril de 1996 e 1 de setembro de 1997.

**42** Dois oficiais gerais foram chefes da missão de ligação.

**43** Dos quais três foram chefes dos Observadores Militares da UNMISSET, entre 9 de julho de 2002 e 1 de maio de 2004, e um da FAP.

**44** O número apenas indica a presença de um oficial em permanência no terreno. Não é um número total.

**45** A tabela original foi construída e os dados compilados por Marco Cruz, tendo sido publicada em BRANCO, C., GARCIA, F. P., PEREIRA, C. S. (coord.) – *Portugal e as Operações de Paz. Uma Visão Multidimensional*. Foi atualizada para este trabalho pelo autor recorrendo a fontes oficiais disponibilizadas pela GNR.

**46** Reportam-se a valores totais.

**47** A tabela original foi construída e os dados compilados por Luís Elias, tendo sido publicada em BRANCO, C., GARCIA, F. P., PEREIRA, C. S. (coord.) – *Portugal e as Operações de Paz. Uma Visão Multidimensional*. Foi atualizada para este trabalho pelo autor recorrendo a fontes oficiais disponibilizadas pela PSP.

**48** De 1 de maio a 31 de outubro de 2003, o *police commissioner* era português (superintendente Adílio Ruivo Custódio).

**49** De 21 de maio a 13 de dezembro de 2004, o *police commissioner* em regime de substituição era português (superintendente Adílio Ruivo Custódio).

**50** *Police commissioner* (intendente Luís Miguel Carriho).

**51** *Ibidem*.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS E ARTIGOS

BRANCO, Carlos, GARCIA, Francisco Proença, e PEREIRA, Carlos Santos (coords.) – *Portugal e as Operações de Paz. Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio, 2010.

BRANCO, Carlos – *Portugal nas Missões de Paz. Sucessos, Problemas e Desafios*. Coimbra: E-cadernos, N.º 6, Centro de Estudos Sociais. 2009. [Consultado em: 20 de julho de 2015]. Disponível em: <http://www.ces.ucp.pt/e-cadernos/media/ecadern/os6/@cetera%20%20-%20Carlos%20Branco.pdf>.

CARRIÇO, Alexandre – «Entre o Céu e o Inferno: a importância dos observadores militares». In BRANCO, Carlos, GARCIA, Francisco Proença, e PEREIRA, Carlos Santos (coords.) – *Portugal e as Operações de Paz. Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio, 2010, pp. 373-396.

CRUZ, Marco – «A participação da Guarda Nacional Republicana em operações de

paz». In BRANCO, Carlos, GARCIA, Francisco Proença, e PEREIRA, Carlos Santos (coords.) – *Portugal e as Operações de Paz. Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio, 2010, pp. 319-371.

ELIAS, Luís – «A externalização da segurança interna. As dimensões global, europeia e lusófona». In *Relações Internacionais*. Lisboa. N.º 40, dezembro de 2013, pp. 9-29.

ELIAS, Luís – «A polícia de segurança pública e as operações de paz: evolução da sua participação e perspetivas de futuro». In BRANCO, Carlos, GARCIA, Francisco Proença, e PEREIRA, Carlos Santos (coords.) – *Portugal e as Operações de Paz. Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio, 2010, pp. 233-317.

EUGÉNIO, António, DURÃES, Luís – «A Força Aérea nas missões de paz». In BRANCO, Carlos, GARCIA, Francisco Proença, e PEREIRA, Carlos Santos (coords.) – *Portugal e as Operações de Paz.*

*Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio, 2010, pp. 193-232.

GUDELHA, Mário – «Segurança e Defesa Nacionais no Mundo Global. A Missão da Guarda Nacional Republicana. Que Intercções e Inferências?». Tese de dissertação para obtenção do grau de Mestre em Direito e Segurança. Lisboa: Faculdade de Direito, UNL, 2010.

HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva – «O papel da GNR em Timor Leste: um contributo para a política externa de Portugal». In *Revista Militar*. Lisboa. junho-julho de 2008, pp. 783-812.

LOUREIRO, José Carlos – «O Exército Português e as operações de paz». In BRANCO, Carlos, GARCIA, Francisco Proença, e PEREIRA, Carlos Santos (coords.) – *Portugal e as Operações de Paz. Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio, 2010, pp. 165-192.

SARAMAGO, Mara – «A participação da Marinha em missões internacionais de

paz». In BRANCO, Carlos, GARCIA, Francisco Proença, e PEREIRA, Carlos Santos [coords.] – *Portugal e as Operações de Paz. Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio, 2010, pp. 145-163.

SILVÉRIO, P., – «As forças de segurança nas operações de gestão de crises. Lições aprendidas». Trabalho de Investigação do Curso de Estado-Maior Conjunto 2011-2012. Pedrouços: IESM, 2012.

UN DPKO – «United Nations peacekeeping operations. Principles and guidelines». Nova York: 2008. [Consultado em: 20 de julho de 2015]. Disponível em: [http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone\\_Doc-trine\\_ENG.pdf](http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone_Doc-trine_ENG.pdf).

## ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DA DEFESA NACIONAL

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2012. [Consultado em: 20 de julho de 2015]. Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/5839580/20150312-mdn-anuario\\_2012.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/5839580/20150312-mdn-anuario_2012.pdf)

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2011 [Consultado em: 19 de julho de 2015]. Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/5839580/20150312-mdn-anuario\\_2012.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/5839580/20150312-mdn-anuario_2012.pdf)

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2010. [Consultado em: 20 de julho de 2015]. Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/857512/20121025\\_anuario\\_defesa\\_20101.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/857512/20121025_anuario_defesa_20101.pdf)

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2009. [Consultado em: 18 de julho de 2015]. Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/512990/anuario\\_estatistico\\_2009.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/512990/anuario_estatistico_2009.pdf)

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2008. [Consultado em: 21 de julho de 2015.] Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/512993/20100521\\_anuario\\_2008.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/512993/20100521_anuario_2008.pdf)

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2007. [Consultado em: 22 de julho de 2015.] Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/512996/20100521\\_anuario\\_2007.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/512996/20100521_anuario_2007.pdf)

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2006. [Consultado em: 17 de julho de 2015.] Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/513236/anuario\\_2006.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/513236/anuario_2006.pdf)

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2005. [Consultado em: 20 de julho de 2015.] Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/513239/anuario\\_2005.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/513239/anuario_2005.pdf)

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2004. [Consultado em: 21 de julho de 2015.] Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/513242/anuario\\_2004.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/513242/anuario_2004.pdf)

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2003. [Consultado em: 16 de julho de 2015.] Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/513245/anuario\\_2003.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/513245/anuario_2003.pdf)

## DOCUMENTOS RELATIVOS À GNR

GNR EUROGENDFOR. [Consultado em: 22 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.gnr.pt/default.asp?do=4ryV06r40npv10nv5/r741ts14>

GNR Cooperação técnico-militar. [Consultado em: 22 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.gnr.pt/default.asp?do=4ryV06r40npv10nv5/p2y2>

GNR Missões Internacionais. [Consultado em: 20 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.gnr.pt/default.asp?do=4ryV06r40npv10nv5/zv551r5>

GNR Associação FIEP. [Consultado em: 20 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.gnr.pt/default.asp?do=4ryV06r40npv10nv5/svr20r>

GNR Relatório de Atividades 2012. [Consultado em: 19 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.gnr.pt/documentos/InstGestao/RA2012%20web2.pdf>

## PSP RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

PSP Relatório de Atividades 2011. [Consultado em: 20 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/2011%20Relat%C3%B3rio%20de%20Atividades.pdf>

PSP Relatório de Atividades 2010. [Consultado em: 21 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/2010%20Relat%C3%B3rio%20de%20Atividades%20da%20PSP.pdf>

PSP Relatório de Atividades 2009. [Consultado em: 20 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/Relat%C3%B3rio%20de%20Atividades%20de%202009.pdf>

PSP Relatório de Atividades 2008. [Consultado em: 18 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/2008%20-%20Relatorio%20de%20actividades%20da%20PSP.pdf>

PSP Relatório de Atividades 2007. [Consultado em: 18 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/2007%20-%20Relatorio%20de%20actividades%20da%20PSP.pdf>

## OUTROS ORGANISMOS

EMGFA. [Consultado em: 25 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes>

MAI/DGAI. [Consultado em: 26 de julho de 2015.] Disponível em: <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=102&mid=104>

UN Peacekeeping. Troop and police contributors. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>

## OUTROS ENDEREÇOS

Partnership for Effective Peacekeeping. [Consultado em: 23 de julho de 2015.] Disponível em: [http://www.effectivepeacekeeping.org/sites/effectivepeacekeeping.org/files/04/DPKO-DFS\\_Capstone%20Document.pdf](http://www.effectivepeacekeeping.org/sites/effectivepeacekeeping.org/files/04/DPKO-DFS_Capstone%20Document.pdf)

Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations [Consultado em: 23 de julho de 2015.] Disponível em: [http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/jun15\\_2.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/jun15_2.pdf)

Participação da GNR em Missões de Paz. [Consultado em: 15 de fevereiro de 2014]. Disponível em: <http://www.gnr.pt/default.asp?do=4ryV06r40npv10nv5/zv551r5>

UN Peacekeeping. Troop and police contributors archive [1990 - 2014]. [Consultado em: 23 de julho de 2015.] Disponível em: [http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors\\_archive.shtml](http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors_archive.shtml)